

“DEITADO ETERNAMENTE EM BERÇO ESPLÊNDIDO:” A IDEOLOGIA DA PASSIVIDADE NOS HINOS CÍVICOS DO BRASIL

Tania Maria Lopes Torres¹

RESUMO

“Deitado Eternamente em Berço Esplêndido:” A Ideologia da Passividade nos Hinos Cívicos do Brasil é uma análise dos mecanismos ideológicos que podem estar sendo utilizados nos hinos cívicos do Brasil com a finalidade precípua de induzir o cidadão brasileiro à passividade política. Tais hinos reforçam os mitos de autoctonia, nacionalismo e igualdade, promovendo, com isto, a reprodução de uma elite social e a manutenção do *status quo*. A metáfora do gigante adormecido se encontra, de fato, definitivamente incorporada ao imaginário popular do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Hinos cívicos, ideologia, autoctonia e passividade política.

ABSTRACT

“Deitado Eternamente em Berço Esplêndido:” A Ideologia da Passividade nos Hinos Cívicos do Brasil is an analysis of the ideologies that are present in Brazilian civic songs in order to persuade the citizens of Brazil into political apathy. Such songs reiterate the myths of autochthony, nationalism and equality, thus promoting the reproduction of social elites and thus upholding the *status quo*. The metaphor that equates the country to a sleeping giant is now, in fact, inherent to Brazil’s popular imagination.

KEY WORDS: Civic songs, ideology, autochthony and political apathy.

¹ Tania Maria Lopes Torres tem mestrado em Estudos Latino-americanos pela Universidade do Texas em Austin. Ela é professora de Sociologia na Faculdade Adventista de Educação do Nordeste, em Cachoeira, Bahia, e aluna do Curso Avançado sobre Relações Raciais e Cultura Negra do Centro de Estudos Afro-orientais, em Salvador.

*Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio, o
Brasil está dormindo, coitado.*

Carlos Drummond de Andrade, “Hino Nacional”

A música do Hino Nacional Brasileiro foi composta por Francisco Manoel da Silva (1795-1865)² provavelmente em 1834, e o poema, por Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927). O hino foi oficialmente instituído pelos decretos de 20 de janeiro de 1890 e 6 de setembro de 1922, sendo sempre executado com mesmo andamento (uma semínima igual a 120) e o canto em uníssono das duas partes do poema.³ Sua composição musical foi inspirada na Independência, tornando-se popular em 1831, com o nome de “Hino de 7 de Abril,” letra de Ovídio Saraiva, e comemorava a abdicação de D. Pedro I. Por ocasião da coroação de D. Pedro II em 1841, recebeu nova letra, sendo daí por diante considerado o Hino Nacional Brasileiro. Durante todo o Império, nenhum decreto, entretanto, oficializou o hino, e o advento da República impôs a sua substituição. Foi, então, feito um concurso para a escolha de um novo, sendo realizado o julgamento final no Teatro Lírico, com a presença de numeroso público.

Embora o primeiro lugar tenha sido dado à composição de Leopoldo Miguez, o povo se manifestou pela preservação do hino antigo. O Marechal Deodoro oficializou-o, então, pelo Decreto n.º. 171, de 20 de janeiro de 1890. A melodia vitoriosa de Leopoldo Miguez ficou, então, conhecida como Hino da Proclamação da República. O Hino recebeu a sua terceira e definitiva letra somente em 1922, brotada da pena poética de Joaquim Osório Duque Estrada,⁴

² O autor do Hino Nacional Brasileiro sempre viveu na cidade do Rio de Janeiro, onde igualmente veio a falecer aos 70 anos. A sua participação na vida artística nacional é rica tanto em qualidade como em quantidade. Fundou e organizou várias instituições. Foi regente da Capela Imperial e mestre da Imperial Câmara. Criou e tornou-se diretor da Sociedade de Beneficência Musical. Regeu e depois presidiu a orquestra da Sociedade Filarmônica. Liderou a comissão que organizou e dirigiu o Conservatório de Música do Rio de Janeiro.

³ Quando simples execução instrumental, toca-se a música integral mas sem repetição.

⁴ Poeta, jornalista, professor e diplomata que nasceu em Pati do Alferes (Estado do Rio de Janeiro) e freqüentou as escolas da antiga capital da república. No Colégio Pedro II, aprendeu com o famoso Sílvio Romero, que escreveu o prefácio para o seu primeiro livro de poesias, “Alvéolos”, quando contava apenas 17 anos de idade. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, sucedendo, por coincidência, ao próprio

quando o país já se preparava para comemorar o primeiro centenário de sua Independência. A letra do hino, na íntegra, é a seguinte:

Ouviram do Ipiranga às margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.
Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com o braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó Pátria amada, idolatrada, salve ! Salve !

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza !
Terra adorada, entre outras mil, és tu, Brasil, Ó Pátria amada !
Dos filhos deste solo és mãe gentil, Pátria amada, Brasil !

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!
Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos "têm mais flores";
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".
Ó Pátria amada, idolatrada, salve ! Salve !

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.
Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.
Terra adorada, entre outras mil, és tu, Brasil, Ó Pátria amada !
Dos filhos deste solo és mãe gentil, Pátria amada, Brasil !

O Hino Nacional Brasileiro é, portanto, o produto de uma ação consciente do governo brasileiro, à época, para, de alguma forma, cativar a adesão do

Sílvio Romero, em 1916, e da Sociedade Acadêmica de História Internacional, de Paris. Como diplomata, secretariou a Legislação Brasileira no Paraguai. Lecionou no Colégio Pedro II, onde já estudara, e exerceu a crítica literária na imprensa carioca.

sentimento cívico de sua população. Obviamente, neste aspecto ele pouco difere de tantos outros hinos nacionais. Contudo, trata-se da materialização de uma ideologia⁵ e, como ideologia, tem satisfeito as expectativas daqueles que a impingiram sobre a população, pois não somente tem sido mantido, mas ainda é, na prática, obrigatório o seu ensino em todos os estabelecimentos educacionais, tanto de primeiro quanto de segundo graus, e, em teoria, regra de admissão para o Serviço Público.

Entendemos, aqui, ideologia como sendo um sistema simbólico. De acordo com Peter Hunt, ideologia “é um sistema de crenças intelectuais e juízos emocionais que constitui um modelo do mundo de acordo com o qual a experiência pura é interpretada.”⁶ Ideologia é “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.”⁷ A ideologia opera por meio da apresentação de uma visão de mundo que justifique certas ações, comportamentos ou relações sociais. Uma ideologia se presta a convencer aqueles cujos interesses são confusos ou heterogênicos.

Ainda que compreendamos, contudo, que amiúde a extensão em que uma ideologia persuade os que são por ela ideologizados tenha sido exagerada pelos adeptos da chamada *Tese da Ideologia Dominante*,⁸ não podemos, por outro lado, negligenciar a verdade de que, de fato, uma ideologia se presta à dominação, seja esta totalizante ou não. Alguns estudiosos têm, por isso, postulado que a ideologia das classes dominantes não convence as classes menos privilegiadas socialmente a

⁵ Entenda-se “materialização de uma ideologia” como sendo uma tomada consciente de atitude frente a uma proposta ideológica. Assim sendo, uma religião, por exemplo, não terá sua ideologia materializada até que seu adepto se ajoelhe frente ao altar para orar. O hino é, portanto, uma materialização de ideologia por que obriga a essa tomada de atitude: no caso, os cidadãos ideologizados se perfilam e o cantam.

⁶ “A system of intellectual beliefs and emotional judgments that make up a model of the world according to which raw experience is interpreted. Ideology is a symbolic system.” Peter Hunt (1998), *Slaves, Warfare, and Ideology in the Greek Historians*. p. 19-20.

⁷ “A representation of the imaginary relationship of individuals to their real conditions of existence.” Louis Althusser (1971), “Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation),” *Lenin and Philosophy and Other Essays*. p. 162.

⁸ Como, por exemplo, por Althusser e Foucault.

aquiescer à dominação imposta sobre elas.⁹ Ela simplesmente provê uma impressão de unanimidade que é apenas o resultado da coerciva predominância da classe dominante na esfera pública.

Para apelar a um número significativo de pessoas, uma ideologia precisa ser expressa em imagens simples. Armstrong sugere que expressões tais como “o poder para o povo” ou “traidores entre nós” são bem representativas dos *slogans* ideológicos.¹⁰ Essas frases altamente simplificadas podem ser imaginadas como explicativas de problemas e situações gerais. No Hino Nacional Brasileiro encontramos outras frases simplificadas que, como estas, evocam um envolvimento consensual e persuasivo: “o sol da liberdade brilhou no céu da pátria” e “o penhor dessa igualdade.” A primeira propõe que a ideologia defendida pelo hino foi a promotora da liberdade para o povo brasileiro, e a segunda explicita que a mesma ideologia é a garantia de igualdade e, conseqüentemente, da liberdade que a ideologia logrou obter. Não é por coincidência que o Hino à Proclamação da República,¹¹ preterido em favor do Hino Nacional Brasileiro, por ocasião de sua oficialização, também traz certa redução a essa mesma ideologia. O hino reza: “Somos todos iguais.”

Tais slogans são também acompanhados por uma convicção de que a ideologia que defendem não será abraçada por todos e, por isso, eles abrem espaço para que esses sejam estigmatizados como possuindo uma falsa consciência. A ideologia é sempre um sistema fechado que não se pode dar o luxo de levar perspectivas alternativas a sério. Os marxistas, por exemplo, que vêem no capitalismo a raiz de todos os males sociais, não podem compreender os valores do capitalismo (e vice-versa!). Com efeito, ideologias são sistemas bastante

⁹ Vejam-se, por exemplo, Abercrombie, Hill & Turner, *Dominant Ideology Thesis*, e Scott, *Weapons of the Weak*.

¹⁰ Cf. Karen Armstrong (2000), *The Battle For God*. p. 234-235. Daí a necessidade de governos autoritários em legitimar os golpes de estado com os quais ganham acesso ao poder. No Peru, por exemplo, quando Leguía assumiu o poder, chamou seu período de “La Patria Nueva.” Odría repicou com uma “Revolución Restauradora.” Velasco Alvarado, o general que derrubou Belaúnde Terry, estreou com um “Dia de la dignidad nacional. Cf. Roberto Pompeu de Toledo, “Entre o riso e as lágrimas,” *Veja* 29/11/2000, p. 170.

¹¹ Música: Leopoldo Miguez (1850/1902), Letra: Medeiros e Albuquerque (1867/1934).

seletivos. No entanto, as idéias, paixões e entusiasmo geralmente associados ao nacionalismo e à autonomia pessoal são facilmente selecionados por ideologias diferentes.

De fato, a idéia de nacionalismo tem sido apontada por alguns estudiosos recentes como sendo a explicação mais plausível para a existência do racismo, sobressaindo-se, dessa forma, às explicações econômicas e psicológicas. Assim, de acordo com Balibar:

A organização do nacionalismo em movimentos políticos individuais inevitavelmente inclui o racismo como elemento subjacente. O racismo como discurso teórico e fenômeno das massas desenvolve-se dentro do *campo do nacionalismo*, se não como causa única do racismo, então, pelo menos, como condição determinante de sua produção. O racismo nada tem que ver com a existência objetiva de *raças* biologicamente determinadas.¹²

Destarte, nessa interpretação radical de nacionalismo e racismo, qualquer manifestação de nacionalismo é, em sua essência, uma declaração de racismo.

Ainda que essa interpretação radical possa não ser necessariamente verdadeira, ela nos ajuda a entender a importância do hino nacional de um país para a compreensão da ideologia que move sua elite. O hino nacional é uma autêntica declaração de nacionalismo e de racismo, à medida em que tem que ver com a definição de um determinado país como nação e de sua população como sujeitos desse ato nacionalista de racismo. Por isso, nós brasileiros cantamos:

Teus risonhos, lindos campos “têm mais flores;”
“Nossos bosques têm mais vida,”
“Nossa vida” no teu seio “mais amores.”

Temos que definir o que é nosso, mas, ao mesmo tempo, sentimos a necessidade de ver esse patrimônio como melhor ou superior aos de outrem. Daí o desafio proposto por Balibar:

¹² The organization of nationalism into individual political movements inevitably has racism underlying it. Racism as theoretical discourse and as mass phenomenon – develops ‘within the field of nationalism’, if not the sole cause of racism, then at least the determining condition of its production. Racism has nothing to do with the existence of objective biological ‘races’. Etienne Balibar, *Racism and Nationalism*, p. 37.

Espírito cívico, patriotismo, populismo, etnicismo, etnocentrismo, xenofobia, chauvinismo, imperialismo, jingoísmo... Eu desafio a qualquer pessoa a fixar, de uma vez por todas, os significados diferenciais desses termos.¹³

É, por isso, que Romanucci-Ross & de Vos, também, vêem a etnia como sendo um sentido subjetivo de lealdade baseado em um parentesco imaginário e não em algo a ser mensurado por fatos culturais e históricos visivelmente presentes.¹⁴ Hoje compreendemos que as nações são produtos culturais de processos históricos relativamente recentes. E, por essa causa, tornou-se mais fácil identificar as ideologias que procuram justificar a existência de uma dada nação. A ideologia do nacionalismo tem sido, por isso mesmo, imprescindível para as diversas elites em sua articulação desse conceito por elas fabricado.

Há sempre um “bom” e um “mau” nacionalismo. Existe aquele que tende a construir um Estado e aquele que tende a subjugar, destruir; aquele que se apóia no direito, e aquele que se apóia na força. Existe aquele que deriva do amor (mesmo se de um amor excessivo) e aquele que deriva do ódio. Em resumo, a divisão interna do nacionalismo parece tão essencial – e tão difícil de definir – quanto o passo que nos leva do ato de “morrer pela pátria” ao ato de “matar por ela...”¹⁵

Essa visão dos limites que definem o nacionalismo como sendo “bom” ou “mau” possibilita-nos uma melhor compreensão do que significa a linha “Desafia o nosso peito a própria morte!” O mesmo pensamento encontra-se presente no Hino à Independência:¹⁶

¹³ “Civic spirit, patriotism, populism, ethnicism, ethnocentrism, xenophobia, chauvinism, imperialism, jingoism... I challenge anyone to fix once and for all, unequivocally, the differential meanings of these terms.” Balibar, p. 46.

¹⁴ “Ethnicity [is] a subjective sense of loyalty based on imagined and parentage rather than something to be measured by objectively visible present cultural or historical facts” Romanucci-Ross & de Vos. Citados por Edward E. Cohen (2000), *The Athenian Nation*. p. 79.

¹⁵ “There is always a ‘good’ and a ‘bad’ nationalism. There is the one which tends to construct a state or a community and the one which tends to subjugate, to destroy; the one which refers to right and the one which refers to might. There is the one which derives from love (even excessive love) and the one which derives from hate. In short, the internal split within nationalism seems as essential – and as difficult to pin down – as the step that leads from ‘dying for one’s father-land’ to ‘killing for one’s country’...” Balibar, p. 47.

¹⁶ Composto por D. Pedro I, letra de Evaristo da Veiga (1799/1837).

Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil

E o Hino à Proclamação da República endossa essa convicção:

Mas da guerra nos transeos supremos,
Heis de ver-nos lutar e vencer.

Quem luta e vence, na guerra, é porque mata.

Destarte, o coração que bate no peito brasileiro desafia a própria morte, pois está disposto a morrer e a matar pela ideologia sobre ele imposta. Assim, esse mesmo brasileiro não teme quem lhe adora a morte, pois ele compreende que a manutenção de uma ideologia pode exigir medidas extremas:

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Por outro lado, o verso “Dos filhos deste solo és mãe gentil, Pátria amada, Brasil!” busca assinalar um outro aspecto essencial para a implementação de uma ideologia nacionalista: a sua dimensão autóctone. Segundo Balibar, “nenhuma nação, isto é, nenhum Estado nacional tem uma base étnica, o que significa que o nacionalismo não pode ser definido como etnocentrismo a não ser precisamente no sentido de que é o produto de uma etnia fictícia.”¹⁷ Assim, o hino procura implementar essa etnia fictícia através da ilusão de autoctonia. A pátria brasileira é apresentada não apenas como “mãe gentil,”¹⁸ mas os seus filhos parecem brotar de seu solo.

¹⁷ “No nation, that is, no national state, has an ethnic basis, which means that nationalism cannot be defined as an ethnocentrism except precisely in the sense of the product of a fictive ethnicity.” Balibar, p. 49.

¹⁸ Essa mesma visão do Brasil como uma “mãe gentil” aparece também no Hino à Independência. Isso mostra que, compreensivelmente, esta metáfora não é apenas antiga mas também generalizada no Brasil. Os famosos versos de D. Pedro rezam:

“Já podeis da Pátria filhos
Ver contente a mãe gentil,

Com efeito, mitos de fundação alegadamente históricos são um lugar-comum entre grupos étnicos modernos e antigos. O mito da origem dos japoneses aplica-se a um arquipélago inteiro que passa a partilhar uma mesma e única nacionalidade. Os mitos de fundação da Suíça remontam a Guilherme Tell e Gessler. Na Nova Zelândia, o emergente nacionalismo dos Maoris agora proclama, com base em suas formas tradicionais de arte, uma ancestralidade unitária e indígena. Entre os gregos, os beócios se diziam nascidos do solo por ocasião da sementeira de dentes de dragão, realizada por Cadmo, conforme relatada na *Argonáutica* de Apolônio Ródio. Da mesma forma, Platão, em sua *República*, faz a coesão e a homogeneidade da comunidade ideal depender explicitamente na falsa crença de que os atenienses eram autóctones e filhos do solo ateniense. Segundo o mito de Erecteu ou Erectônio, o primeiro ateniense nasceu do solo quando Atena, fugindo ao estupro de Poseidon, fez com que o sêmen daquele deus caísse na terra e a fecundasse.¹⁹ Da mesma forma, no século XVI, a recém-independente república holandesa confirmou sua autoctonia, buscando laços de parentesco com um herói popular que legendariamente havia habitado a terra e construído antigos diques.

Assim, percebemos uma busca de origens puras. Essa noção mitológica de pureza nas origens vincula-se frequentemente a formas sociais e culturais, “a concretização de uma essência eterna.”²⁰ O autor do Hino Nacional Brasileiro, um diplomata a serviço da ideologia vigente, enfrenta a dificuldade de compor uma manifestação de ideologia nacionalista para uma nação recentemente descoberta, colonizada e independida. Mesmo assim, não hesita em clamar laços de íntima relação para com o solo dessa pátria: “Dos filhos deste solo és mãe gentil, Pátria amada, Brasil!” Sua alegação de autoctonia se conforma, portanto, às práticas

Já raiou a liberdade,
No horizonte do Brasil”

¹⁹ A tragédia *Íon*, de Eurípidés, explora bem as implicações, para os atenienses, do mito da autoctonia. Para maiores detalhes, veja-se: Nicole Loraux (1993), *The Children of Athena: Athenian Ideas About Citizenship and the Division Between the Sexes*.

²⁰ “The realization of an eternal essence” Herzfeld (1997). Citado por Cohen, p. 82.

ideológicas observadas desde tempos imemoriais nas diversas nações constituídas antes dela.

O que acontece, então, com a alegação de autoctonia por parte do autor do hino, é a *fetishitização* da origem do povo brasileiro que não é, para ele, o resultado da miscigenação entre portugueses, índios e negros, mas o produto do solo da pátria brasileira. Ora, a *fetishitização* é justamente o artifício empregado na manutenção de uma determinada ideologia. Segundo Wohl, “a fetishitização é fundamental para a reprodução de uma elite social.”²¹ Como celebração de uma ideologia cívica o hino, portanto, se presta a tal.

Além da presença da alegação de uma autoctonia impossível, um outro elemento serve para criar uma ambiência de *fetishitização* no hino. Trata-se da constante interpelação, no hino, do Brasil como “pátria amada.” O apelativo ocorre seis vezes e é praticamente o único empregado em relação ao país. E, aqui, a teoria de Althusser sobre a interpelação oferece um modelo indispensável para a compreensão da interrelação existente entre o social e o subjetivo. Um sujeito, seja ele masculino ou feminino, individual ou coletivo, quando interpelado, torna-se um ser em construção. Mas o ser não passa a existir sob a forma da interpelação de uma vez por todas, mas é interpelado seguidas vezes com o mesmo apelativo para a reconstrução do mesmo aspecto, ou com apelativos diferentes para novas construções. Tais interpelações podem ser rejeitadas, mas o serão menos na medida em que se reconheça a autoridade do interpelador. Assim, “uma ideologia constitui o sujeito através da interpelação do indivíduo [ou ser].”²² De fato, não há nenhuma prática que não seja pela ideologia e na ideologia, e nenhuma ideologia que não seja pelo sujeito e para o sujeito. Assim, Althusser faz alusão ao animal político de Aristóteles, afirmando que “o homem é um animal ideológico por

²¹ “Fetishitization is fundamental to the reproduction of a social elite.” Victoria Wohl (1998), *Intimate Commerce*. p. xxviii.

²² “Ideology constitutes the subject by ‘hailing’ or ‘interpellating’ the individual.” Wohl, p.-xxxix.

natureza,”²³ pois toda ideologia tem a função de definir e constituir indivíduos concretos como sujeitos.

As interpelações são constitutivas de sujeitos mesmo em sua dimensão coletiva. A formação de sujeitos coletivos é o mesmo que a sua subjetivação. “Não existem sujeitos a não ser por e para sua sujeição.”²⁴ Então, a constante repetição do refrão “pátria amada” tem por objetivo não apenas fazer com que a nação brasileira seja amada por sua população, mas também fazer com que tal nação se sinta amada, ainda que suas persistentes desigualdades sociais afirmem exatamente o oposto disso. Para a maioria dos brasileiros, o Brasil não é uma “mãe gentil,” mas uma madrasta.

A ideologia está sempre em jogo quando falamos do país como sujeito de uma interpelação. Esse diálogo entre o sujeito-em-formação e a ideologia-em-negociação é precisamente o que temos pretendido analisar aqui. Se para Lacan, o sujeito individual existe dentro de uma ordem simbólica, a ordem da linguagem, da lei e da ideologia, por que não imaginar a mesma coisa em relação à formação do eu coletivo da nação brasileira? Afinal de contas, se é verdade a asserção lacaniana de que a criança torna-se sujeito no momento em que se olha no espelho e se reconhece,²⁵ por que também não imaginar a nação brasileira como potencial candidata a tal auto-reconhecimento a partir de uma reflexão sobre a ideologia política e econômica que nela tem prevalecido?

Quando uma ideologia dominante é aceita, isso se dá geralmente porque ela pode ser usada contra a classe em cujo interesse ela foi criada. Hunt afirma que “já que uma ideologia freqüentemente idealiza relações sociais, ela pode ser usada para criticar a maneira em que tais relações são praticadas de fato.”²⁶ Além de ter que satisfazer às necessidades simbólicas da política, a ideologia dominante tem

²³ Althusser, p. 172.

²⁴ “There are no subjects except by and for their subjection.” Althusser, p. 182. Com o que concorda Fink: “subject formation entails subjection.” Cf. B. Fink (1995), *The Lacanian Subject: Between Language and Jouissance*. p. 68.

²⁵ Veja-se Wohl, p. xxxiii.

também que prover um mapa com o qual aqueles sobre os quais ela é imposta possam compreender seu universo e nele agir. Por isso, “mesmo quando uma ideologia faz uma alegação falsa, tal alegação tem que coexistir com o útil conhecimento que ela contradiz.”²⁷ Como as pessoas podem perceber quando estão usando um mapa desatualizado, elas também podem eventualmente perceber que se curvam a uma ideologia perversa e para elas prejudicial.

A ideologia se presta a nos prover uma visão de mundo falsa. É justamente por isso que, quando nos esquecemos dela (ainda que por pouco tempo) e nos libertamos da ideologia dominante, somos capazes de observar o mundo a partir de uma visão independente. Gramsci propõe que a ideologia atua em dois níveis. O primeiro deles é o nível que explica por que o homem ideologizado reage mecanicamente quando indagado acerca dos aspectos específicos em que foi ideologizado. Contudo, há um nível mais profundo que dá conta, por exemplo, por que, muitas vezes, esse mesmo homem ideologizado age de maneira discordante daquela em que nominalmente defende a ideologia predominante. Assim, o contraste entre pensamento e ação não seria fruto do auto-engano, mas de insubordinação intelectual. O homem ideologizado professa uma certa ideologia, mas age contrariamente a ela quando sua segurança ou bem-estar são ameaçados. Dessa forma, para Gramsci, uma ideologia só se torna dominante quando, de fato, se torna hegemônica.²⁸ E isso só se dá quando a maioria daqueles que a ela foram submetidos se sentem por ela beneficiados. E essa é uma situação praticamente utópica. Contudo, segundo ele, somos todos conformistas em um grau ou outro.

Porque temos a capacidade de avaliar uma ideologia quando nela refletimos e confrontá-la com o que observamos em nossa realidade social é que se torna possível para rejeitá-la e até mesmo empregá-la contra aqueles que a buscam impor sobre nós. Destarte, os brasileiros, de modo geral, têm se sentido pouco

²⁶ “Since an ideology often idealizes social relations, it can be used to criticize the way these relations are actually practiced.” Hunt, p. 23.

²⁷ Hunt, p. 24.

confortáveis com um dos aspectos da ideologia que o Hino Nacional Brasileiro tem tentado impingir-lhes. Trata-se da ideologia da passividade.

O hino descreve o Brasil em um estado de letargia e sonolência. Não somente está ele “deitado eternamente em berço esplêndido,” uma condição da qual não pode se libertar mesmo porque *é eterna*, mas também é um “impávido colosso.” O país é, portanto, apresentado mais letargo justamente porque é de uma grandeza colossal. Trata-se, de fato, de um gigante adormecido que, quando desperta, move-se em patente lentidão. mesmo porque o adjetivo *impávido* (equivalente a *intrépido*) é de pouca veiculação entre as massas e, por força de seu prefixo negativo, soa mais como um reforço da própria inabilidade do tal gigante. Será o Brasil “gigante pela própria natureza,” por uma condição congênita?

Quem sabe, num reconhecimento tardio da incômoda posição assumida pelo gigante brasileiro, o Hino à Proclamação da República, que era o rival proposto para o Hino Nacional Brasileiro (que tinha um caráter semi-oficial até 1890), procure resgatá-lo do cárcere de seu berço, mas não o faz justamente por nada mais ser do que um intertexto para o outro hino que é mais famoso e, por isso mesmo, insuplantável na memória cívica nacional:

Do Ipiranga é preciso que o brado,
Seja um grito soberbo de fé,
O Brasil já surgiu libertado,
Sobre as púrpuras régias, de pé.

Segundo o hino, “o Brasil já surgiu libertado, *de pé*.” Porém, conforme já dito, tal declaração não suplanta ou repara o verso “Deitado eternamente em berço esplêndido,” mas simplesmente o realça.

De igual modo, os autores do Hino Oficial de Brasília traem sua admiração quanto ao fato de que, na construção de Brasília, o gigante ter finalmente

²⁸ Para maiores detalhes, veja-se: Antonio Gramsci (1971), “Culture and Ideological Hegemony,” in *Selections from the Prison Notes*. p. 47-54.

assumido uma posição vertical. Com letra de Geir Campos e música de Neusa Pinho França Almeida, os brasilienses oficialmente cantam:

Todo o Brasil vibrou
e nova luz brilhou
quando Brasília fez maior a sua glória
com esperança e fé
era o gigante em pé,
vendo raiar outra alvorada
em sua História

Fazendo eco ao Hino Oficial de Brasília, existe o hino “Brasília, Capital da Esperança,”²⁹ que é o hino mais cantado daquela cidade e que se tornou uma tentativa para que o gigante se erguesse. O hino também refere-se ao gigante adormecido, demonstrando que essa metáfora encontra-se definitivamente incorporada ao imaginário popular do Brasil. Os versos do hino rezam:

Desperta o gigante brasileiro
desperta e proclama ao mundo inteiro
num brado de orgulho e confiança:
nasceu a linda Brasília
a “capital da esperança”

Mas veja-se que o hino não dá conta, de forma indubitável, de que o gigante já esteja desperto, pois o uso que faz do verbo possibilita duas leituras: o indicativo – mais provável por causa da presença do artigo na primeira referência – e o imperativo. Tratar-se-ia de injunções para que o gigante eventualmente despertasse?

Além disso, o Hino Nacional Brasileiro conota o Brasil também como “um sonho intenso.” Recordemo-nos, contudo, que, desde Noam Chomsky, ninguém “dorme furiosamente.” E o fato de os brasileiros estarem passivamente adormecidos pode ser a única explicação para o fato de o Brasil ser tal sonho.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que o Hino Nacional Brasileiro trai uma ideologia de passividade política contra a qual, só a reflexão sociopolítica

pode se opor e, por conseguinte, levar-nos a repensá-la. “Deitado eternamente em berço esplêndido” não é apenas uma linha infeliz por representar o Brasil na idade da irresponsabilidade infantil – que, aliás, descreve muito bem a condição de seus políticos – mas também porque o representa como estando contido pela proteção do berço que lhe é mais uma clausura do que uma fonte de nutrição. Em tal bassinet, o gigante hercúleo continua incapaz de subjugar as serpentes que o rodeiam. Essa caracterização de gigante infantil, desproporcional é, dessa forma, um chamado à passividade política que tanto tem estorvado o processo democrático no país.

Este tipo de argumento remete-nos inevitavelmente ao chamado *Paradoxo de Mannheim*, que nos alerta quanto às limitações que enfrentamos ao discutir uma determinada ideologia, sem saber exatamente o que ela suprime, omite ou representa. Segundo Cohen, “já que todo acesso à verdade é indireto, podemos acabar comparando duas ideologias, meramente chamando a nossa de verdade.”³⁰

Por isso, reconhecendo que o *óbvio* em ideologia nunca é completo mas que se torna o foco de intensas manipulações mentais, buscamos a transcendência da ideologia ora predominante no Brasil – da qual seu Hino Nacional é um simples reflexo – que o subjuga em inércia pela própria aptidão de seus políticos e elite governante em sempre buscarem seus próprios e particulares interesses. Se o brasileiro não se entregar à reflexão e a uma práxis efetiva na esfera política, então ainda estará distante o dia em que veremos a ideologia de hoje suplantada por uma hegemonia política que beneficie o país como um todo.

²⁹ Letra: Capitão Furtado. Música: Simão Neto.

³⁰ “Since all access to truth is indirect, we may end up comparing two ideologies and merely calling our own truth.” Cohen, p. 24.